



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**OBJETO:** Aquisição de água mineral natural, potável acondicionada em galões de 20 litros no regime de comodato, de forma parcelada, através de empresa especializada.

CLASSE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
8960	445495	Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 (vinte) litros, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 (doze) meses em regime comodato.

Os bens objetos desta contratação são caracterizados como **comuns** e de **fornecimento contínuo**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da Ordem de Início, prorrogável por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais.

**Prazo:**

A Ata de Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período;

**Reajuste:**

O reajustamento dos preços referidos nesta contratação poderá ser processado anualmente, sendo concedido depois de transcorrido 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta pela Contratada. O índice de reajuste será de acordo com o IPCA dos últimos 12 (doze) meses



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

Em atendimento ao princípio da padronização buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade, para definir as especificações adotadas;

Desta forma foi possível identificar a inviabilidade do parcelamento do objeto, que deverá observar a necessidade do setor.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a *aquisição de água mineral natural, potável acondicionada em galões de 20 litros no regime de comodato, de forma parcelada*, através de empresa especializada.

- A contratada assumirá a responsabilidade por todos os itens componentes da licitação, inclusive seus consumíveis, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente, e desonerando-se a fiscalização e a gestão contratual.
- Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88.
- Os produtos confeccionados devem estar em consonância com as disposições da lei nº 12.305 /2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial no que se refere ao artigo 7º, XI.
- Não será necessária a transição contratual com transferência de tecnologia, conhecimento e técnicas empregadas.
- A empresa a ser contratada deverá possuir instalações compatíveis com a higiene que a demanda requer, inclusive quanto ao transporte dos garrafões de água.
- Cumprir os prazos de entrega das solicitações de água.
- Previsão para o início da execução dos serviços ou aquisição do material: 07 de julho de 2024.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.524/2024

Fls:\_\_\_\_\_ Rubrica:\_\_\_\_\_

- Deverão ser entregues pela contratada, em regime de comodato, a quantidade prevista de garrações indicada na memória de cálculo, e os garrações deverão estar dentro do prazo de validade, conforme as normas vigentes.
- A água mineral deve atender à classificação do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei 7.841/45), do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, atual Agência Nacional de Mineração - ANM, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia e deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde estabelecidas em Regulamento Técnico próprio, especialmente, as normas da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e demais normas pertinentes.
- Caso haja problema no fornecimento da água mineral de garração de água (MARCA/FONTE) informados por ocasião da contratação, a CONTRATADA poderá providenciar a entrega de outra marca de água, desde que mantidas as especificações acima descritas, além de informar por escrito a CONTRATANTE quanto a troca da fonte.
- Garantir total transparência e conformidade com as leis de licitação, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo Órgão.
- A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.
- A contratada deve cumprir integralmente as normas trabalhistas vigentes no Brasil, garantindo condições adequadas de trabalho para seus funcionários;
- A empresa a ser contratada deverá atender o prazo para a entrega que é de 48 horas a contar da solicitação dos setores.
- Em caso de aumento de consumo no mês, o contratado deverá antecipar as entregas conforme solicitado;

**Da entrega:**

A Contratada realizará a entrega do montante total mensal na 1ª entrega, que deverá ser efetuada com o prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da ORDEM DE INÍCIO; as demais entregas serão realizadas conforme a solicitação dos setores.

**Validade:**



A contratada deverá fornecer produtos com a validade mínima de 12 meses;

#### **Da conservação:**

A contratante será responsável pela conservação dos galões cedidos em regime de comodato, e deverá realizar a devolução dos itens sem nenhum tipo de avaria;

#### **Da qualidade:**

Qualidade da água em termos de pureza, composição química e ausência de contaminantes. Essas análises devem ser realizadas regularmente e abranger parâmetros como pH, turbidez, teor de cloro residual e presença de microrganismos patogênicos.

A Contratada deve ser capaz de fornecer informações detalhadas sobre a origem da água, o processo de produção e distribuição, garantindo a rastreabilidade do produto.

A Contratada do galão de água possui certificações de qualidade reconhecidas, como ISO 9001, que garantem que o produto atenda a padrões internacionais de qualidade, garantindo que a embalagem do galão é adequada e segura para armazenar água potável e que o rótulo contém todas as informações obrigatórias, como data de validade, composição, e informações de contato do fornecedor.

A Contratada deverá utilizar de materiais recicláveis na embalagem e práticas de produção que minimizem o impacto ambiental.

No momento da entrega, é essencial que a água mineral esteja límpida, sem qualquer presença de flocos em depósito ou corpos estranhos visíveis, o garrafão deverá estar limpo, devidamente rotulado, com uma tampa plástica sob pressão e um lacre contendo a marca da água.

#### **Parâmetros de potabilidade**

Padrão de potabilidade da água é um conjunto de características que qualquer água destinada ao consumo humano precisa ter para ser considerada segura, seja ela proveniente de sistemas de abastecimento públicos ou de soluções alternativas de abastecimento.

São descritos no Capítulo V da Portaria nº 888 (“Do padrão de potabilidade”).

Alguns dos fatores a serem considerados incluem

- **pH;**
- **turbidez;**
- **cor;**
- **quantidade de coliformes totais;**
- **presença de Escherichia coli;**
- **concentrações de componentes como ferro, manganésio, cobre e outros;**
- **cloração.**

Esses parâmetros possuem diretrizes claras quanto ao teor mínimo e máximo permitido por lei.



TABELA DE PADRÃO ORGANOLÉPTICO DE POTABILIDADE

Parâmetro	CAS	Unidade	VMP <sup>(1)</sup>
Alumínio	7429-90-5	mg/L	0,2
Amônia (como N)	7664-41-7	mg/L	1,2
Cloreto	16887-00-6	mg/L	250
Cor Aparente <sup>(2)</sup>		uH	15
1,2 diclorobenzeno	95-50-1	mg/L	0,001
1,4 diclorobenzeno	106-46-7	mg/L	0,0003
Dureza total		mg/L	300
Ferro	7439-89-6	mg/L	0,3
Gosto e odor		Intensidade	6
Manganês	7439-96-5	mg/L	0,1
Monoclorobenzeno	108-90-7	mg/L	0,02
Sódio	7440-23-5	mg/L	200
Sólidos dissolvidos totais		mg/L	500
Sulfato	14808-79-8	mg/L	250
Sulfeto de hidrogênio	7783-06-4	mg/L	0,05
Turbidez (3)		uT	5
Zinco	7440-66-6	mg/L	5

### Sódio

“É o principal componente para se estar atento. Quando a concentração ultrapassa 200 miligramas por litro de água, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) obriga que as marcas acrescentem a informação “contém sódio” na embalagem, além da tabela com os valores nutricionais.

Há diversas relações entre o excesso do composto e problemas de saúde, mas um estudo publicado na revista científica The Lancet, conduzido por pesquisadores do Imperial College de Londres, investigou a ingestão específica do sódio por meio da água.

Eles comprovaram que esse excesso é um fator de risco para hipertensão e que optar por fontes com baixo teor de sódio pode ajudar a prevenir a morbidade e mortalidade relacionadas à elevação da pressão arterial.

Isso acontece principalmente porque os alimentos consumidos durante o dia já têm altas quantidades de sódio, então a ingestão extra por meio da água acaba se tornando prejudicial. Por isso, os especialistas explicam que a proporção ideal é abaixo de 30 mg/l.”



Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/ph-potassio-calcio-sodio-escolha-melhor-agua-pelo-rotulo-25277411>

## PH

“Um fator que algumas pessoas levam em consideração na escolha é o pH da água. O índice varia de 0 a 14, em que um pH menor que 7 é considerado ácido, acima é considerado alcalino e por volta de 7 seria o neutro.

O ideal é entre 7 e 9,5, mais alcalino. Isso porque os PHs mais ácidos, de 0 a 6, podem atrapalhar o organismo na tarefa de anular os radicais livres.”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/ph-potassio-calcio-sodio-escolha-melhor-agua-pelo-rotulo-25277411>

## Potássio, cálcio, magnésio e iodo

“Magnoni explica que outros minerais presentes na água devem ser levados em consideração. Para pessoas hipertensas, por exemplo, ele ressalta que, além de evitar o sódio, uma marca que tenha um nível de potássio mais elevado pode ser uma boa ideia pelo seu efeito hipotensor, que baixa a pressão arterial do sangue.

O mineral também é bem-vindo para os músculos e evita câibras.

Já para quem tem histórico de pedras nos rins, é recomendado escolher opções com os menores teores de cálcio e magnésio, pois são substâncias que podem influenciar na formação dos cálculos.

Além disso, para pessoas que têm distúrbios da tireoide, como hipotireoidismo e hipertireoidismo, é importante estar atento se a água tem iodo em sua composição, por se tratar de uma substância que afeta o funcionamento da glândula.”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/ph-potassio-calcio-sodio-escolha-melhor-agua-pelo-rotulo-25277411>

## Selênio, ferro e zinco

“Magnoni acrescenta ainda que quem tem anemia pode escolher opções com teor mais alto de ferro e zinco. A quantidade na água não será suficiente para atuar como um suplemento em caso de deficiência desses minerais, mas pode ser bom para um incremento da saúde. O zinco também é indicado para quem tem fraqueza muscular.

O nutrólogo destaca também que, para pessoas com doenças cardiovasculares, opções que tenham selênio entre os nutrientes são uma boa escolha pelo seu efeito antioxidante.”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/ph-potassio-calcio-sodio-escolha-melhor-agua-pelo-rotulo-25277411>

## Bário e nitrato

“Bário e nitrato pertencem ao grupo de químicos prejudiciais ao organismo. Logo, devem



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

aparecer em doses pequenas.

(Abaixo de 0,7 mg/l - Bário e 50 mg/l - nitrato)

— Outra recomendação é importante é que águas com maior teor de gás sejam evitadas por quem tem distúrbios do trato gastrointestinal, como refluxo e gastrite, seja o gás natural ou adicionado — finaliza Magnoni.”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/ph-potassio-calcio-sodio-escolha-melhor-agua-pelo-rotulo-25277411>

### **Embalagem**

A água virá envasada em garrações de material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos os critérios da Resolução nº 105/99 ANVISA

- M.S. A embalagem para envase de água deve possuir aprovação pela autoridade competente.

- Volume envasado ..... 20 litros.
- Tolerância: ..... 1% -( Port. 74/95 – INMETRO).

### **Rótulo**

O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 – MME, Portaria INMETRO nº. 157 de 19 de agosto de 2002, Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003 e Portaria nº 144 de 25 de agosto de 2003.

Deverão constar os seguintes elementos informativos

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química expressa em miligrama por litro, contendo no mínimo os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Números e data da concessão de lavra e número do processo seguido do “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração em meses do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo ou na tampa;
- k) As expressões “Indústria Brasileira”;
- l) As características físico-químicas deverão estar dentro das normas do Ministério da Saúde, com Ph não inferior a 25°C = 7,00 devendo a informação estar exposta no rótulo dos garrações.

### **Requisitos específicos**

Características sensoriais, físicas, químicas e físico-químicas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

- aspecto ..... límpido;
- odor: ..... característico;
- sabor: ..... característico;
- cor: ..... máximo 5 uH (unidade de escala Hazen);
- turbidez: ..... máximo 3,0 uH (unidade Jackson ou nefelométrica deturbidez).

### Características Microbiológicas

Na fonte, poço ou local de surgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que não apresente risco à saúde do consumidor (ausência de microrganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RDC nº 274/2005 - ANVISA

- Ministério da Saúde.
- Escherichia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes: ausente em 100 ml.

### Contaminantes

Obedecer os limites máximos da Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde.

Não devem conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias relacionadas a seguir:

Antimônio	0,005 mg/L (Sb)
Arsênio	0,05 mg/L, calculado como arsênio (As) total
Bário	1 mg/L (Ba)
Borato	5 mg/L, calculado como boro (B)
Cádmio	0,003 mg/L (Cd)
Cromo	0,05 mg/L, calculado como cromo (Cr) total
Cobre	1mg/L (Cu)
Cianeto	0,07 mg/L (CN)
Chumbo	0,01 mg/L (Pb)
Manganês	2 mg/L (Mn)
Mercurio	0,001 mg/L (Hg)
Níquel	0,02 mg/L (Ni)
Nitrato	50 mg/L, calculado como nitrato
Nitrito	0,02 mg/L, calculado como nitrito
Selênio	0,05 mg/L (Se)





#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### **Sustentabilidade:**

O fornecedor está sujeito ao cumprimento das diretrizes contidas na Instrução Normativa 01/2010 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, referentes à sustentabilidade ambiental. Além disso, é necessário que atenda aos seguintes requisitos:

- Os produtos devem ser compostos, total ou parcialmente, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as normas ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.
- Os itens fornecidos devem estar em conformidade com os requisitos ambientais necessários para obter a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos.

O cumprimento desses requisitos contribuirá para promover práticas sustentáveis e minimizar o impacto ambiental associado aos produtos fornecidos pela empresa contratada, alinhando-se assim aos princípios de responsabilidade socioambiental da administração pública.

##### **Subcontratação:**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **Garantia da contratação**

**Qualidade do Produto:** Garantia de que a água fornecida estará em conformidade com todas as normas e regulamentações vigentes.

**Quantidade e Prazo de Entrega:** Garantia de fornecimento da quantidade necessária de galões de água mineral dentro do prazo acordado, garantindo o abastecimento contínuo.

**Manutenção dos Galões:** Garantia de que os galões fornecidos estarão em perfeitas condições de uso e que serão substituídos imediatamente em caso de danos ou defeitos.

**Responsabilidade pelo Comodato:** Garantia de que a empresa fornecedora será responsável pelos galões de água mineral fornecidos em regime de comodato e que serão devidamente recuperados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do término do contrato.

**Reserva de Estoque:** Garantia de que a empresa fornecedora manterá um estoque adequado de galões de água mineral para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema, evitando qualquer interrupção no abastecimento.



## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

A Contratada realizará a entrega do montante total mensal na 1ª entrega, as demais entregas serão realizadas conforme a solicitação dos setores de segunda a sexta-feira entre 9 e 17h. (A relação de endereços dos setores solicitantes consta no Anexo 1 desse documento).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 7. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal 2.722/2024 de 10 de janeiro de 2024**).

### Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 18, II);



O fiscal técnico do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, I)

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, VII).

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, X).

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 22, I e II, do Decreto nº 2.722, de 2024).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 22, IV).

### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **Das Obrigações do Contratado:**

O contratado é obrigado a reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do transporte, da execução ou de má fabricação.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisições, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este termo e pelo eventual edital e seus anexos.

Manter, durante a futura e eventual execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema à futura execução contratual do objeto em questão.

Cientificar, imediatamente, à fiscalização da PMS qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da PMS.

Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização PMS.

Entregar materiais no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

### **Responsabilidade fiscal**

A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

### **Das Obrigações da Contratante:**

Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens e ou materiais, segundo os cronogramas estimados e efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados.

Designar servidores da PMS para acompanhar e fiscalizar o objeto a ser contratado e para atestar o recebimento do objeto, nos termos do edital.

Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a PMS ou modificação das obrigações.

Efetuar o(s) pagamento(s) à empresa contratada de acordo com as condições de preço e prazo(s) estabelecidos neste termo e eventual edital.



Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo.

Informar a Contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos materiais e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

Comunicar, por escrito, a Contratada, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Pagamento

O pagamento será realizado por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, devendo estar autorizado pela autoridade competente (Ordenador de Despesa) e obedecer criteriosamente ao rito processual para a instrução e pagamento, devidamente atestada por 2 servidores;

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



### Prazo de pagamento

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir de adimplemento a que se referir, mediante a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela Contratada, atestada e visada por 2 (dois) servidores da Secretaria requisitante responsáveis pelo recebimento.

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

Em caso de não realização da **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls:\_\_\_\_\_ Rubrica:\_\_\_\_\_

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

Certidão Negativa de Idoneidade e de Impedimento – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação 10% do valor total estimado da contratação pela Administração.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa.



A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. SANÇÕES CONTRATUAIS

A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios estabelecidos neste instrumento, além de observar qualquer outra cláusula disposta em qualquer outro instrumento vinculativo a contratante e a contratada, a sua não observância implicará em multas e advertências estabelecidas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

A inobservância, pela contratada, de cláusula ou obrigação constante deste Termo de Referência autorizará a contratante a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja:

I - Advertência;

II - Multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

- Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

- Pelo retardamento no início da prestação dos serviços contratados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto;
- Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente contrato ou com as normas legais e infralegais aplicáveis à espécie;
- Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto do contrato, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pela rescisão do contrato por culpa da contratada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Constituirão motivos para **extinção do contrato**, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os itens mencionados nos artigos 137 a 139, da Lei 14.133/2021.



## 11. RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações:

- Por mútuo acordo entre as partes, mediante prévia negociação e formalização por escrito;
- Por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato decorrente da licitação, observados os procedimentos legais;
- Por inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão;
- Por interesse público, devidamente fundamentado pela Administração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos de rescisão contratual, serão observados os direitos e obrigações das partes estabelecidos na legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais pertinentes.

Em caso de rescisão por descumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, este estará sujeito às sanções previstas na legislação, conforme estabelecido na cláusula correspondente deste Termo de Referência.

## 12. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

Abaixo encontra-se a descrição pormenorizada das solicitações de cada setor da Secretaria (os endereços de entrega encontram-se no Anexo 1 desse documento):

Setores da Secretaria Municipal de Saúde	Água	Entrega a cada mês	Total anual
Comissão de Avaliação e Fiscalização	20	1	240
Casa da Amamentação	4	1	48
PAISPI e PAISH	3	1	36
Vigilância Sanitária	5	1	60
Programa Nacional de Imunização - PNI	5	1	60
Programa de Tabagismo	5	1	60
Programa de Tuberculose	2	1	24
Programa IST/AIDS	5	1	60
Laboratório Municipal	4	1	48



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Central do Cidadão	80	1	960
Setor Requisição Judicial	6	1	72
Clínica dos Olhos	28	1	336
Setor Transporte da Saúde	10	1	120
Almoxarifado Central SMS	4	1	48
Clínica Vascular	20	1	240
Arbovirose	5	1	60
<b>TOTAL</b>			<b>2.472</b>
<b>Margem de segurança de 25%</b>			<b>618</b>

CLASSE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	MARGEM DE SEGURANÇA 25%
8960	445495	Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 (vinte) litros, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 (doze) meses em regime comodato.	Galão	206	2.472	618
<b>TOTAL ESTIMADO</b>					<b>3.090</b>	



### 13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado para a contratação é de R\$ 46.041,00 (quarenta e seis mil e quarenta e um reais), desta forma trata-se do valor de referência para a aplicação do **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme custos unitários e projeção apostos no Estudo Técnico Preliminar.

Cabe ressaltar que o valor estimado não equivale a pesquisa de preço, o valor estimado da contratação será definido posterior a pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, setor responsável por essas informações, conforme regulamento do município.

Setores da Secretaria Municipal de Saúde	Água	Entrega a cada (meses)	Total anual
Comissão	20	1	240
Casa da amamentação	4	1	48
PAISPI e PAISH	3	1	36
Vigilância Sanitária	5	1	60
PNI	5	1	60
Tabagismo	5	1	60
Tuberculose	2	1	24
IST	5	1	60
Laboratório	4	1	48
Central do cidadão	80	1	960
Setor Requisição Judicial	6	1	72
Clínica dos Olhos	28	1	336
Setor Transporte da Saúde	10	1	120
Almoxarifado Central SMS	4	1	48
Clínica Vascular	20	1	240
Arbovirose	5	1	60
TOTAL			2.472





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Margem de segurança de 25%			618
Quantitativo total			3.090
Valor unitário estimando com base na última contratação do município	R\$ 14,90	Valor estimado total	R\$ 46.041,00

#### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Fonte de Recursos: 163800 – Royalties vinculados à Saúde;
- II) Programa de Trabalho: 16.020.10.122.0010.2.165;
- III) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.02.00.00;

Saquarema, 10 de setembro de 2024.

#### EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

\_\_\_\_\_  
**Victoria Verissimo Cunha**

Matrícula: 930824-2

***Fundo Municipal de Saúde***

\_\_\_\_\_  
**Caroline Oliveira Costa da Silva**

Matrícula: 932097

***Fundo Municipal de Saúde***

\_\_\_\_\_  
**Gabriel Nascimento Machado**

Matrícula: 9262-1

***Fundo Municipal de Saúde***

\_\_\_\_\_  
**Thayane do Nascimento Silveira**

Matrícula: 954.594

***Fundo Municipal de Saúde***



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA**

**João Alberto Teixeira Oliveira**

Matrícula: 80.101

*Secretário Municipal de Saúde*

*Ordenador de despesa do FMS*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls:\_\_\_\_\_ Rubrica:\_\_\_\_\_

## ANEXO 1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.524/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

**Obs: O horário de funcionamento das unidades é de segunda a sexta-feira, entre 9 e 17h.**

Setores da Secretaria Municipal de Saúde	Endereço
Comissão	Rua Beatriz Amaral, 83, Bacaxá
Casa da amamentação	Rua Tertuliana Pereira, 147, Bacaxá
PAISPI e PAISH	Rua Adolfo Bravo, 38, Bacaxá
Vigilância Sanitária	Rua Rio das Flores, 90, Porto Novo
PNI	Rua Rio das Flores, 90, Porto Novo
Tabagismo	Rua Professor Souza, 111, Bacaxá
Tuberculose	Rua Waldir Macedo da Silva nº 180 cs 1, Verde Vale
IST	Rua Waldir Macedo da Silva nº 180 cs 2, Verde Vale
Laboratório	Rua Frutuoso de Oliveira, s/n, Centro
Central do cidadão	Av Saquarema, nº 5483, Bacaxá
Setor Requisição Judicial	Rua Santos Dumont, nº 52, Centro
Clínica dos Olhos	Rua Heitor Bravo nº 06 B, Bacaxá
Setor Transporte da Saúde	Avenida Saquarema nº 4299, Porto da Roça
Almoxarifado Central SMS	Avenida Saquarema, nº 4990, Porto da Roça
Clínica Vascular	Rua Segisfredo Bravo, nº 100, Bacaxá
Arbovirose	Av. Saquarema, 1076, Porto Novo
Secretaria Municipal de Saúde	Rua Rio das Flores, 90, Porto Novo
Ambulatório pediátrico	Rua Adolfo Bravo, 38, Bacaxá